

Minas e Rio não chegam a acordo sobre mandato

Rio — Os governadores do Rio, Moreira Franco, e de Minas Gerais, Newton Cardoso, conversaram ontem a portas fechadas no Palácio Laranjeiras durante 55 minutos. O encontro se desenrolou num clima de constrangimento e, ao final, não houve consenso sobre a duração do mandato do presidente José Sarney. Moreira repisou a necessidade de se realizar eleições neste ano. Newton afirmou que "o povo não está preocupado com isso, mas sim com um programa social que lhe garanta casa, comida e saúde". As divergências prosseguiram: Newton anunciou a realização de um encontro de governadores do PMDB, em Belo Horizonte, dia 28. Moreira fez-se de rogado: "Essa reunião não será a dos governadores da área da Sudene", desconvorsou.

De resto, houve entendimento. Os dois defendem a conclusão, o mais rápido possível, dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e a definição de um programa de metas, com o qual o PMDB deve apresentar à população. Moreira Franco disse que iria pressionar os parlamentares da bancada fluminense para tentar fazer vitoriosa sua tese favorável aos quatro anos de mandato. Newton Cardoso afirmou que não se sentirá particularmente, vitorioso se os cinco anos, como acredita, forem aprovados.

"Esta não será uma vitória minha, mas de todo o Brasil. O PMDB não tem condições de realizar eleições este ano", frisou o governador mineiro.

Cancelamento

Em Belo Horizonte, o governador Newton Cardoso adiou para o dia 28 deste mês a reunião dos governadores do PMDB que iria promover na capital mineira, no dia 19, com o objetivo de fixar uma posição conjunta sobre a duração do mandato do presidente Sarney.

O governador explicou apenas que não haveria tempo para a promoção do encontro já no dia 19, mas organizadores da reunião informaram que estava difícil conseguir a participação do grupo que defende o mandato de quatro anos, já que o anfitrião, é confesadamente partidário dos cinco anos para Sarney.

Para se livrar do incômodo provocado pelo cancelamento da reunião, Newton Cardoso encontrou uma saída aceitável: disse que no dia 29 deste mês será realizada em Montes Claros (MG) a 327ª reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. Assim, pelo menos dez governadores — forçosamente estarão em Minas um dia antes, ou seja, no dia 28, quando então será feita a reunião.

Arquivo 25/11/86



Newton: pela unidade do PMDB

Ulysses vai tentar unidade partidária

Belo Horizonte — Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, chegará amanhã a Minas para uma missão quase impossível: promover a unidade partidária. A informação foi dada ontem de manhã pelo governador Newton Cardoso, antes de embarcar para o Rio de Janeiro, para um almoço com empresários e uma palestra sobre investimentos públicos em seu Estado.

"Como grande cacique, Ulysses Guimarães pode reunir o partido e tirar estas arestas, estas dissidências localizadas" — explicou Newton.

O governador de Minas reconheceu, a necessidade de o PMDB lutar pela unidade partidária para que saia vitorioso nas próximas eleições. "Vamos encontrar dificuldades para aproximar vários correligionários em Minas, fazendo-os rezar na mesma cartilha política", disse Newton. Desde a convenção estadual, em agosto de 1986, foi criada uma aberta dissidência do partido no Estado, na escolha do sucessor de Hélio Garcia.



Apesar da preferência de Maciel, Aureliano espera convenção

Maciel vê nome de Aureliano como o melhor do partido

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, aproveitou o lançamento de um livro de sua autoria, ontem, para lançar a candidatura Aureliano Chaves à Presidência da República, ao afirmar que o nome do ministro é o melhor de que o partido dispõe para a disputa.

O ministro, no entanto, preferiu manter sua cautela e reagiu ao lançamento: enquanto Maciel confirmava para emissoras de televisão suas declarações, Aureliano observava, dirigindo-se a outro grupo de repórteres: "Quem lança candidato é a convenção partidária".

Aureliano Chaves disse "ter informações" de que há tendência majoritária na Constituinte a favor dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney e acrescentou que, caso se confirme o mandato de cinco anos, isto é sinal de que o Presidente da República dispõe de maioria para governar.

O ministro considera que "não interessam" os motivos que possam resultar numa maioria de votos pelos cinco anos, mas sim o resultado da votação: "Se essa base parlamentar dá mandato de cinco anos a Sarney, é sinal de que ele dispõe de uma base sólida", raciocina o ministro. Ele diz não importar o fato, por exemplo, de um parlamentar votar a favor dos cinco anos atendendo a um pedido de um governador que esteja in-

teressado em concorrer à Presidência apenas em 1989 para garantir mais tempo no Governo do respectivo Estado.

Assunto evitado

Logo ao chegar para o lançamento do livro de Maciel sobre liberalismo, o ministro Aureliano Chaves procurou evitar qualquer comentário sobre sua possível candidatura. Ele enfatizou que para haver eleição é preciso antes que o mandato de Sarney esteja definido. Lembrou, também, que a forma de governo ainda não está votada. "Não posso, portanto, fazer declarações sobre algo que ainda não está decidido", observou. Em seguida, ao discursar, o senador Marco Maciel situou Aureliano como "a maior expressão liberal" do PFL. E o nome de que o partido dispõe "para coroar a transição, logo que se conclua o trabalho da Constituinte".

Aureliano confirmou que pretende deixar o Ministério das Minas e Energia tão logo a nova Constituição seja promulgada, independentemente do resultado das votações sobre mandato e sistema de Governo, o que implica em que ele sairá mesmo que não concorra à Presidência da República. Ele voltou a defender o mandato de cinco anos para Sarney e seus sucessores, afirmando que é o período que "mais se ajusta à realidade do Brasil".

"Oportuna e bem colocada"

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem que a emenda do senador Marco Maciel (PFL-PE) sobre a organização dos poderes e do sistema do governo, prevendo um presidencialismo clássico, com as funções do Executivo redistribuídas entre os três poderes, de uma forma equitativa e quase igualitária, é oportuna e foi muito bem colocada.

"Uma coisa", disse o ministro, chama-se presidencialismo. Outra coisa chama-se exacerbação do Poder Executivo. As duas coisas são diferentes. O

que o senador Marco Maciel está propondo é um presidencialismo sem exacerbação de poderes pelo Executivo. Isto é uma coisa que me parece racional", completou Aureliano.

Embora reafirmasse a sua intenção de não se intrometer nos assuntos da Constituinte, Aureliano Chaves demonstrou satisfação com o fortalecimento, naquela Assembléia, da tese do mandato de cinco anos. "O mandato futuro deve balizar o mandato presente. Não deve haver discriminação com o atual presidente", finalizou.

Goianos optam por defender os cinco anos

A bancada federal do PMDB de Goiás definiu-se, ontem, pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. A decisão saiu de uma reunião, com o governador Henrique Santillo em que somente o senador Iram Saraiva manteve uma posição contrária aos cinco anos. O deputado Maguito Vilela, que também era contrário aos cinco anos, acatou a decisão da maioria da bancada, aceitando argumentos como a ferrovia Norte-Sul e o tratamento especial que o Presidente da República tem reservado a Goiás.

A reunião demorou quatro horas de discussões e debates entre os constituintes goianos. Ao final do encontro, no início da tarde, o líder da bancada goiana na Câmara, Fernando Cunha, apresentou uma nota oficial nos seguintes termos: Considerando que o PMDB, diante de seu gigantismo e da polemização natural de uma Assembléia Nacional Constituinte se dividiu em vários grupos partidários e até, extrapartidários (...) considerando que esses fatos são todos episódios e o partido deve continuar unido e como um todo se preparar para as eleições municipais e as eleições presidenciais, estas fundamentais para a vida do Brasil (...) proclama a unidade dos seus membros em torno do partido, a intenção manifesta de todos os constituintes goianos de continuarem no PMDB, o desejo de que sejam respeitados nas votações da Constituinte e, após a promulgação da Carta Magna estejam todos unidos para os novos embates eleitorais (...) faz apelo aos companheiros de todo o Brasil em torno da unidade partidária, fundamental para o futuro de nosso País".

Irrigação

Além do mandato de cinco anos, a bancada goiana do PMDB na Constituinte tomou outras importantes decisões, como o apoio integral ao projeto de reforma tributária aprovado pela Comissão de Sistematização. Os constituintes decidiram ainda lutar para obter maiores recursos para a irrigação no Estado, dividindo com o Nordeste os investimentos para o setor.

Conforme externaram na nota oficial entregue à imprensa, os parlamentares goianos demonstraram, durante a reunião, uma preocupação com os destinos do partido, que se encontra em crescente processo de cisão. Os peemedebistas goianos fizeram questão de deixar claro que permanecerão na sigla e lutarão para que o partido mantenha sua homogeneidade. A exceção do senador Iram Saraiva, todos os demais parlamentares do PMDB goiano permaneceram unidos em torno das principais questões polêmicas.

Bovespa apóia Álvaro em 88 à Presidência

Curitiba — O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, afirmou ontem em Curitiba, que o seu candidato à Presidência da República, caso ocorram eleições em 88 como deseja, é o governador do Estado do Paraná, Alvaro Dias. Eduardo Azevedo fez esta afirmação no Palácio Iguazu, após ter almoçado com o governador paranaense, mas fez questão de frisar que Alvaro Dias disse não ser candidato. A razão da visita, segundo ele, foi buscar o apoio de Alvaro Dias ao projeto de conversão da dívida externa em capital de risco, que está no Banco Central, mas atualmente encontra-se parado. No seu entendimento, somente a partir do momento em que o governo regularizar este projeto é que os recursos fundamentais para o desenvolvimento brasileiro, a nível de investimentos externos, principalmente para as empresas privadas, serão direcionados para o País.

O presidente da Bolsa de Valores paulista disse que o momento é de o Brasil repensar o seu futuro político, pois no seu entendimento há necessidade urgente de renovação dos valores políticos. Ele também criticou o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que na sua opinião está fazendo um governo de placas publicitárias, mas obras ainda não viu nenhuma. "A população não pode mais ser enganada com obras que são anunciadas e não realizadas", disse Eduardo Azevedo.

A Novíssima República



Goubon